

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No.1 Janeiro – Abril 2022
Edição Especial: Arqueologia em Quarentena

ARTIGO

AUTOETNOGRAFIA DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rhuan Carlos dos Santos Lopes*, Anna Barbara Cardoso da Silva**, Wagner da Veiga e Silva***, Vera Lúcia Mendes Portal****

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma reflexão acerca das atividades de laboratório e educação patrimonial em um projeto de pesquisa desenvolvido na Amazônia brasileira durante a pandemia de Covid-19. Nosso objetivo é demonstrar como o cotidiano do trabalho, eminentemente coletivo, foi transformado diante das necessárias medidas sanitárias impostas pelos órgãos de saúde mundial e nacional. Para isso, adotamos a autoetnografia como método, tendo em vista que seu uso possibilita a produção de conhecimento experimental com alta carga de subjetividade, centrado nas experimentações do corpo. Mesmo partindo das experiências individuais dos pesquisadores, estabelecemos conexões mais amplas, numa conectividade de escalas entre o individual e o cultural.

Palavras-chave: arqueologia amazônica; trabalho de campo; pandemia de covid-19.

* Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Av. da Abolição, 3 - Centro, Redenção - CE.

E-mail: rhuan.c.lobes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6372-6413>.

**Inside Consultoria Científica. Tv. Lomas Valentinas, 2625 - Marco, Belém - PA.

E-mail: annabara@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9106-8796>.

***Inside Consultoria Científica. Tv. Lomas Valentinas, 2625 - Marco, Belém - PA.

E-mail: wagnerveiga67@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4140-395X>.

**** Inside Consultoria Científica. Tv. Lomas Valentinas, 2625 - Marco, Belém - PA.

E-mail: vera.marajo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0182-1831>.

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v35i1.964>

AUTOETHNOGRAPHY OF ARCHAEOLOGICAL PRACTICE IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT

In this article, we present a reflection on laboratory activities and heritage education in a research project developed in the Brazilian Amazon during the Covid-19 pandemic. Our goal is to demonstrate how the work routine, eminently collective, has been transformed in the face of the necessary sanitary measures imposed by the national and global health agencies. For this, we adopted autoethnography as a method, considering that its use allows the production of experimental knowledge with a high level of subjectivity, centered on the body's experiments. Even starting from the researchers' individual experiences, we establish broader connections, in a connectivity of scales between the individual and the cultural.

Keywords: Amazonian archaeology; fieldwork; covid-19 pandemic.

AUTOETNOGRAFÍA DE LA PRÁCTICA ARQUEOLÓGICA EN TIEMPOS DE PANDEMIA

RESUMEN

En este artículo presentamos una reflexión sobre las actividades de laboratorio y educación sobre el patrimonio en un proyecto de investigación desarrollado en la Amazonía brasileña durante la pandemia de Covid-19. Nuestro objetivo es demostrar cómo la rutina de trabajo, eminentemente colectiva, se ha transformado ante las necesarias medidas sanitarias impuestas por los organismos de salud nacionales y globales. Para ello, adoptamos la autoetnografía como método, considerando que su uso permite la producción de conocimientos experimentales con un alto nivel de subjetividad, centrados en los experimentos del cuerpo. Incluso a partir de las experiencias individuales de los investigadores, que establecemos conexiones más amplias, en una de las escalas de conectividad entre lo individual y lo cultural.

Palabras clave: arqueología amazónica; trabajo de campo; pandemia de covid-19.

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2019, nossas vidas estão comprometidas pela propagação de um tipo novo de vírus provocador de doença respiratória. A partir de 2020, os adoecimentos provocados pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov2) foram considerados pandemia, dado sua escala mundial, afetando diretamente o cotidiano de diferentes grupos sociais no planeta (OPAS, s/d). A incontestável crise gerada pelo adoecimento em massa, contudo, não se limita ao seu aspecto sanitário. A pandemia enseja – como vemos diariamente – a crise política que afeta diretamente a pesquisa nas ciências sociais e nos obriga a “dimensionar os efeitos terríveis dos tempos atuais nas relações sociais, em suas dimensões estruturais e cotidianas” (MOUTINHO *et al.*, 2020, p. 7).

Assim, em consonância com diferentes autores que têm apontado para os efeitos da pandemia na Arqueologia brasileira (AKINRULI; AKINRULI, 2020; MARQUES, 2020; SILVA, 2020), neste artigo propomos apresentar uma reflexão acerca das atividades de laboratório e educação patrimonial em um projeto de pesquisa desenvolvido no interior da Amazônia brasileira durante a pandemia de Covid-19. Nosso objetivo é demonstrar como o cotidiano do trabalho, eminentemente coletivo, foi transformado diante das necessárias medidas sanitárias impostas pelos órgãos de saúde mundial e nacional.

Partiremos, portanto, de nossos mundos profissionais e das formas como nossas experiências sensoriais (re)estruturam realidades, criam memórias e identidades (PELLINI, 2015) em um contexto de atuação de arqueólogos na pandemia. Em relação ao o caso que debateremos neste artigo, temos em mente que nossas performances cotidianas enquanto pesquisadores em campo passaram a ser reconfiguradas em vista dos valores e práticas construídos no contexto dos enunciados médico-sanitaristas que se tornaram corriqueiros na pandemia, bem como da evidente necropolítica (MBEMBE, 2016) que caracteriza as ações e omissões de parte dos agentes públicos brasileiros. Conforme aponta Marcélia Marques (2020), há em curso a reconfiguração da sensorialidade da prática arqueológica em tempos pandêmicos. Sendo assim, nos apropriamos das reflexões da Arqueologia Sensorial para pensar sobre os nossos sentidos enquanto “habilidades” utilizadas “na interpretação e avaliação do mundo” (PELLINI, 2011, p. 18), considerando os significados e materialidades incorporados à prática arqueológica ao longo do evento pandêmico da Covid-19.

Com vistas a isso, adotamos a autoetnografia como método, tendo em vista que seu uso possibilita a produção de conhecimento experimental com alta carga de subjetividade, centrado nas experimentações do corpo. Mesmo partindo das experiências individuais dos pesquisadores, pretendemos estabelecer conexões mais amplas, numa conectividade de escalas entre o individual e o cultural. Por isso, há destaques para as emoções e sensações, ampliando as possibilidades de expressões sobre os temas abordados, em especial nas circunstâncias de vulnerabilidade do sujeito/pesquisador (ELLIS; BOCHNER, 2000). O que se apresenta são experiências em contextos de subjetividade e na interação do corpo do sujeito com os ambientes em que circula – sendo esta, portanto, a configuração do trabalho de campo. Assim, a metodologia possibilita a reflexão sobre a experiência própria do pesquisador, “ou a partir dela, para analisar questões da sociedade e/ou cultura à qual pertence” (GAMA, 2020, p. 190).

Nesse sentido, apresentamos a seguir um tipo de exercício textual que integra o próprio método da autoetnografia: a produção do texto reflexivo, no qual os pesquisadores se apresentam como atores sociais declaradamente visíveis (ANDERSON, 2006). Nosso objetivo é elaborar tal reflexão considerando a autoetnografia como escrito autorreflexivo “cuja experiência pessoal e profissional é inserida e analisada na própria escrita etnográfica” (VERSIANI, 2005, p. 211). Em nosso caso particular, trata-se de utilizar a reflexão do etnógrafo como pesquisador (BLANCO, 2012) para considerar a

produção do conhecimento em Arqueologia no contexto da pandemia da Covid-19. Apesar dos textos autoetnográficos serem, em geral, produzidos individualmente, aqui fazemos esse exercício de forma coletiva, considerando o compartilhamento de experiências dos autores em um mesmo projeto de pesquisa.

Por isso, considerar que a pandemia como experiência diversa, tendo em vista as desigualdades sociais e distintos modos de exposição, permite superar a limitação da ideia de que o vírus afeta de maneira indistinta as pessoas. Isso é significativo quando se lança o olhar sobre quais categorias de trabalhadores podem permanecer em casa e a quais não cabe essa escolha (OLIVEIRA *et al.*, 2020), o que não implica desconsiderar as diferentes formas de vulnerabilização em ambos os casos. Na Arqueologia brasileira, a regulamentação profissional tem favorecido debate, ainda incipiente, mas animador, sobre as questões de segurança no trabalho (BARBOSA FILHO, 2020). Em tempos pandêmicos, há outra dimensão para esse debate.

A PESQUISA COMO MOBILIZAÇÃO DE EXPECTATIVAS

Ainda era 2019 quando começamos a mobilização para início de um amplo projeto de curadoria, análise e conservação de um dos maiores acervos do país: o do Museu de Balbina. Através de chamada para licitação, dois dos coautores deste artigo começaram a reunir documentação e formalizar convites para arqueólogos comporem a equipe do projeto. O termo de referência era muito específico quanto à qualificação desses profissionais e suas funções, o que demandou a articulação com pesquisadores diretamente ligados à consultoria ou aos que atuam em universidades, além de estarem situados em diferentes partes do país. Basicamente, todos compartilhavam a expectativa de poder atuar em projeto de médio prazo de execução e com alta possibilidade de produção científica, seja no âmbito do tratamento do acervo, seja por conta das atividades de educação patrimonial. Além disso, para muitos de nós, a atuação nas empresas de arqueologia é a principal, senão única, fonte de renda... e todo convite para formação de equipe de projeto gera a expectativa de se manter no mercado de trabalho.

Mas que projeto era esse? O acervo arqueológico do antigo Museu de Balbina foi formado ao longo de pesquisas de salvamento realizadas na década de 1980 no âmbito da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina. O trabalho pioneiro, primeiramente coordenado por Arminda Mendonça de Souza, identificou mais de uma centena de sítios arqueológicos ao longo do rio Uatumã, no município amazonense de Presidente Figueiredo. O acervo monumental, formado por aproximadamente 1.500.000 peças, foi gerado ao longo dos anos de 1987 e 1989. Contudo, em decorrência de um conjunto de instabilidades no gerenciamento do programa de pesquisa, além de tensões políticas e insuficiência de recursos, o material coletado passou por longo processo de esquecimento em reservas técnicas inadequadas, caracterizando o que Cristina Bruno (2013/2014) chama de estratigrafia do abandono. Após longos 30 anos, a ELETROBRAS foi obrigada pela Justiça Federal e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a pôr fim ao confinamento irregular do acervo (TRF-1ª Região, 2016). Após essa condenação, houve a elaboração de um Plano de Ação Emergencial, no qual era previsto a adequação de espaços para laboratório e reserva técnica, bem como o desenvolvimento de atividades de curadoria, análise, conservação e extroversão do acervo arqueológico (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2017).

O projeto que nos levou à Vila Balbina, local onde estava o acervo, foi gerido nesse contexto de judicialização. Conhecedora de parte dessa tortuosa história, a equipe ficou ainda mais animada após a confirmação de que a empresa de consultoria havia ganhado a licitação. A partir disso, foram iniciados os trâmites necessários para autorização, pelo IPHAN, do início dos trabalhos junto ao acervo. Apesar de não se tratar de licenciamento

ambiental, as atividades foram supervisionadas pelo IPHAN considerando sua autoridade sobre a gestão de acervos arqueológicos. Era necessário, então, que um projeto específico fosse aprovado pelo órgão, indicando procedimentos de pesquisa e equipe técnica qualificada.¹

Enquanto esperávamos o andamento do processo junto ao IPHAN, iniciamos a mobilização da equipe. Primeiro, para visitas ao local em que seriam desenvolvidas as atividades, reconhecimento da situação do acervo e reuniões com o empreendedor. Depois, já com mais pessoas envolvidas, para organizar as atividades de formação de estudantes de ensino médio que iriam atuar no laboratório de arqueologia, além de realizar os contatos iniciais para realização das ações de Educação Patrimonial. Foi nesse momento inicial que passamos a conhecer não apenas o acervo e suas condições de armazenamento, mas a dinâmica da Vila na qual iríamos nos estabelecer pelos próximos meses.

A Vila Balbina foi construída para atender às necessidades de moradia dos funcionários da empresa construtora da Usina e dos servidores da Eletrobras, que nela ainda residem. Ainda hoje guarda a estrutura básica de divisão que obedece a separação entre os técnicos de alto escalão – como engenheiros e membros da diretoria – e os demais funcionários. Parte da Vila é formada por um conjunto de casas que foram construídas em madeira, para serem temporárias, pois deveriam ser utilizadas somente durante a execução das obras da Usina, chamada de Vila Atroari. Porém, essas residências permanecem ocupadas até a atualidade. Desse modo, a Vila é composta por pessoas de diferentes origens regionais, mas todas de algum modo ligadas à história da Usina.

Não queremos, com esta breve descrição, deixar que o leitor pense que a Vila Balbina é restrita ao seu próprio espaço de construção. Pelo contrário! Com o tempo, convivência e graças ao bom relacionamento com os seus moradores, fomos percebendo a complexa dinâmica de circulação de pessoas e ideias, realizada pelas vias fluviais ou terrestres, entre a sede do município e as pequenas vilas ao longo das estradas, ou ainda, com as atividades turísticas que ligam a Vila ao mundo e através da internet. Balbina, portanto, mesmo tendo uma origem muito particular na história local, foi incorporada às dinâmicas amazônicas. Chama atenção, por outro lado, a forte ingerência da Eletrobras sobre a Vila, com controle de acesso e administração da Vila Waimiri – parte mais bem urbanizada de Balbina.

Contudo, após a mobilização inicial que apontamos acima, nos retiramos de Balbina ainda em 2019, pois até o fim desse ano não havia sido concedida a autorização para iniciarmos as ações junto ao acervo. Em pouco mais de um mês, foi possível ter certeza do potencial do trabalho que iríamos desenvolver naquele local. A situação do acervo na reserva técnica do Museu de Balbina era, de fato, precária, conforme o IPHAN já havia apontado repetidas vezes (IPHAN, 2006). Alocado em uma das casas da Vila Waimiri, o museu possuía forte cheiro de urina e fezes de rato, marcante odor provocado pelo mofo e a constante poeira que saturava o ar. Isso era mais marcante na reserva técnica, situada em três quartos. Tudo isso só não causava mais espanto do que a situação geral do acervo, já que ele permanecia acondicionado, com poucas exceções, nos mesmos sacos de tecido da década de 1980. Era muito difícil permanecer nas salas e, ao mesmo tempo em que nos causava espanto esse contexto, tínhamos receio de algum tipo de contaminação provocada somente em razão de estar no local.

¹ Projeto Específico de Curadoria e Educação Patrimonial - Acervo Arqueológico da UHE Balbina, Amazonas, autorizado pela Portaria IPHAN Nº. 22, de 9 de abril de 2020. Processo IPHAN nº 01490.000066/2006-91.

Por outro lado, junto aos moradores locais, incluindo alunos e docentes das escolas da Vila, pudemos construir previamente um tipo de relação que nos permitiu ter acesso a diferentes informações. Soubemos mais acerca da história da Vila, tendo em vista as trajetórias pessoais dessas pessoas. Para além disso, todos com quem tivemos acesso direto ficaram curiosos com a existência do acervo, apesar de alguns deles conhecerem a exposição que havia no museu. As pessoas mais velhas, residentes em Balbina desde a década de 1980, que acompanharam a construção da Vila, lembram de quando o material estava alocado no antigo Centro de Proteção Ambiental (CPA), um prédio projetado pelo arquiteto Severiano Porto, com vários prêmios internacionais (PORTO, 2016), e que possibilitou que Balbina recebesse visitas de pesquisadores e turistas, além de ser ponto de referência aos moradores e na paisagem da Vila.

A PANDEMIA: QUANDO O MEDO FICOU MAIOR QUE AS EXPECTATIVAS

Nos meses iniciais de 2020, continuamos as tratativas legais para execução do projeto. Troca de documentos com o IPHAN, ajustes com o empreendedor, complementações do projeto, cadastramentos junto às universidades nas quais atuam os coordenadores... enfim, o cotidiano burocrático da pesquisa em Arqueologia. Desde o ano anterior, de fato, parte da equipe permaneceu fazendo levantamentos de informações sobre as instituições educacionais, além de dados históricos acerca da pesquisa ocorrida em Balbina entre 1987 e 1989. Foi possível entrevistar alguns dos pesquisadores atuantes nesse período, o que permitiu situar historicamente o salvamento arqueológico que precedeu, em muito, nosso trabalho. Porém, esse é um assunto debatido em outro artigo, ainda em trâmites de submissão a um periódico brasileiro.

A demora na autorização para a pesquisa, oriunda das constantes e necessárias atualizações dos procedimentos técnicos, transformava em agonia as nossas anteriores expectativas e com isso também modificava completamente nosso cronograma de atividades. Parte da equipe se ressentia por não poder assumir outros compromissos, enquanto outros assim o fizeram dada a impossibilidade de espera. Esta, contudo, não seria a principal tensão vivida naquele ano. Aliás, não houve somente um evento de tensão.

Desde dezembro de 2019, já escutávamos as notícias sobre um tipo novo de gripe que se espalhava em uma cidade chinesa (OPAS, s/d). Destacamos que não é por acaso que usamos o verbo *escutar* para definir o sentido que usávamos para dar atenção às primeiras notícias sobre o que viria a ser a pandemia. Ouvir as informações nos jornais televisivos, sem de fato assistir, observar a narrativa com os sentidos visuais e auditivos, talvez tenha sido uma forma displicente de dar atenção ao que acontecia, e às vezes até de pensarmos que o acontecido na China não chegaria ao Brasil. Como bem demonstra José Roberto Pellini (2015), há uma primazia da visão nas sociedades ocidentais, o que implica dizer que culturalmente somos condicionados a ter os outros sentidos como secundários. Nesse caso, não é por mera coincidência que tiramos os olhos da televisão quando a notícia não nos chama atenção. Do mesmo modo, não é por acaso que estamos fortalecendo o hábito de “assistir” eventos – até nossas aulas – ao mesmo tempo em que olhamos as redes sociais através do celular.

Mas, de qualquer maneira, naquele momento, tudo parecia muito distante, não só geograficamente, mas também não tínhamos a dimensão do risco que estava surgindo. Apesar de haver outras pandemias que nos são contemporâneas, a possibilidade do alastramento mundial de uma doença parecia mais história de bons filmes de ficção científica. Claro, isso porque, mesmo sendo leitores da História e sendo arqueólogos, não costumávamos ter acesso ao mundo de informações sobre pandemias – hoje, sabemos, elas são mais possíveis do que imaginávamos e estão mais próximas do que gostaríamos.

Além disso, é muito possível que esse olhar distanciado sobre a China não seja aquele que os antropólogos ensinam nas disciplinas de metodologia de pesquisa, mas sim aquele explicado por Eduard Said (2007) em seu trabalho sobre orientalismo. Apesar de não tratar do continente asiático, o modelo proposto por Said consegue explicar as formas como reproduzimos a perspectiva discursiva em que o outro é exotizado. Algo que viria a tomar contornos ainda mais virulentos – com licença ao trocadilho – quando parte da imprensa e de alguns governos passaram a detratar a China nas relações diplomáticas internacionais ao longo da pandemia (URBANO *et al.*, 2020).

Digressões à parte, não sabíamos o que estava por vir. Em fevereiro de 2020, o alerta ficou ainda maior. Agora nossos olhos e ouvidos estavam cada vez mais atentos ao noticiário. No fim do mês de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia recorrido ao alerta de maior nível possível nos regulamentos internacionais: a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) provocada pelo surto de coronavírus (OPAS, s/d). Nesse momento, nos preparávamos para ir novamente ao Amazonas, dessa vez para reuniões pertinentes ao projeto. Três de nós, vindos dos estados do Pará e do Ceará, comentamos sobre o uso de máscaras por alguns passageiros que circulavam pelos aeroportos. Honestamente, achávamos no mínimo curioso... parecia alarmismo precoce, com um cuidado e zelo que nos assustava, uma vez que ainda não era obrigatório o uso de máscara e o álcool em gel como forma primordial para evitar um contágio, e ainda não tínhamos nos dado conta do que seria o distanciamento social. As informações, contudo, foram tomando outra dimensão.

Era véspera de carnaval e as festas públicas em Manaus, e no Brasil como um todo, haviam começado. Todas elas embaladas pelas chuvas típicas do inverno amazônico – que oficialmente é o verão para os meteorologistas... mas para nós, amazônidas, verão é quando faz sol o tempo todo. As pessoas estavam nas ruas, divertindo-se, tomando banho de chuva, dançando e escutando música, sem qualquer pensamento que, ali naquele momento de diversão, poderiam estar se infectando com o Novo Coronavírus. Nos nossos deslocamentos para as reuniões, a única preocupação era não chegar molhado. Todos, por outro lado, já falavam da “tal doença” e foi em meio ao carnaval que foi divulgado o primeiro caso de contaminação por coronavírus no Brasil. Mesmo assim, ainda se debatia quais os possíveis desdobramentos do vírus em terras tropicais (UNASUS, 2020). Porém, lembramos que isso foi o estopim: as pessoas superprotegidas nos aeroportos já não pareciam tão estranhas, mas sim que estavam mais atentas ao alerta já existente. Não começamos a usar máscaras desde já, pois a recomendação ainda não havia sido feita com veemência: nesse tempo, as máscaras deveriam ser usadas pelos grupos de risco e pelos profissionais de saúde. Porém, a partir de então, passamos a dar mais atenção visual e auditiva aos noticiários, como forma de estarmos informados, atentos, e tendo os cuidados necessários conosco e com os outros, pois todos da equipe têm pessoas do grupo de risco entre os seus e com os quais nossos cuidados passaram a ser redobrados.

O que parecia alarmismo em pouco tempo foi transformado em medo. Não se tratava de algum tipo de medo individual, fruto de alguma desagradável surpresa momentânea, mas um tipo coletivo (DELUMEAU, 2009), que estava sendo gestado socialmente na medida em que as imagens e narrativas orais sobre o efeito da doença se espalhavam. Era tudo muito incerto, com exceção da doença e do alto risco de morte dos contaminados. Foi então que, em 11 de março, a OMS caracterizou a Covid-19, doença provocada pelo coronavírus, como pandemia. Mesmo assim, ainda não sabíamos o que iria ser feito no Brasil, quais medidas seriam tomadas. As informações sobre a letalidade da Covid-19, contudo, espalhavam-se rapidamente. Os governos estaduais e municipais, gradativamente, começaram a decretar fechamento de espaços públicos e a controlar a circulação de pessoas.

Medidas de segurança sanitária começaram a ser repetidas constantemente, ao passo em que íamos incorporando cada uma delas em nosso cotidiano. Já não saíamos sem máscaras, mesmo sendo elas de tecido nesse momento. Já não íamos lecionar nas universidades. Tínhamos medo do contato físico. Era perigoso ir ao supermercado, usar transporte coletivo, ficar em filas de bancos, e até promover aquelas reuniões familiares de final de semana. Afastávamo-nos de pessoas com sintomas gripais. Começamos a evitar o toque. A lavar as mãos com mais frequência. A usar álcool 70% nas mãos, nas superfícies. Ficávamos cada vez mais em casa, consumindo todo tipo de informação possível sobre a pandemia – e como o leitor deve saber, nós a chamamos de “a pandemia” quase sempre, sem precisar especificar, já que a estamos vivendo sem previsão de fim.

Em pouco tempo estávamos vendo as cidades sitiadas pelo medo do contágio. Mapas com diferentes cores indicavam as áreas com maior risco de contágio e letalidade. Hospitais de campanha reconfiguravam as paisagens urbanas, transformando espaços antes vazios, ou lugares com funções muito claras – como estádios de futebol e escolas – em pontos de convergência de pessoas doentes e seus familiares em busca de notícias. Estas se tornaram as novas zonas de perigo no mundo urbano, não que as outras deixassem de sê-las. Gráficos com média-móvel, curva de ascendência, picos e platôs passaram a ser comuns quando se fala da pandemia e, com isso, passamos a estudar e discutir os gráficos apresentados, como se fôssemos formados no curso de Estatística, tudo proveniente do medo que a pandemia provocava. O medo coletivo, que mencionamos acima, parece ter sido ensejado nos discursos e práticas médico-sanitárias, que em verdade não são novos, mas são correlatos a outros tempos de pandemia no ocidente (FOUCAULT, 1977).

Enfim, perante essa situação, enquanto víamos a pandemia reestruturar nossas relações sociais (MOUTINHO *et al.*, 2020), nos deparávamos com a paralisação de vários setores de pesquisa nas universidades e, ainda que parcialmente, nas atividades de consultoria. Aos que integram as instituições de ensino, em pouco tempo foi viabilizado o *ensino remoto*, após frequente debate e com muitas críticas. Tal como outras mudanças gradativas, e assustadoras, esse modelo de ensino se insere na prática do *home office* ou *trabalho remoto*. Trabalhar em casa reconfigura nossas relações profissionais e, ao mesmo tempo, as subjetividades que permitiam a separação casa/rua/trabalho (DaMATTA, 1986). Hoje, porém, está bem claro que esta é uma possibilidade restrita a poucos segmentos no mundo do trabalho.

No ponto de vista do seguimento das normas sanitárias, diminuir o tempo em ações de pesquisa de campo – quando não o evitar – seria adequado num contexto de pandemia (MARQUES, 2020). Contudo, enquanto nas universidades foi possível o estabelecimento do *home office*, nas atividades relacionadas à consultoria isso não é viabilizado. Isso está relacionado com as demandas sempre aceleradas dos empreendimentos e seus curtos prazos para o licenciamento ambiental. Nesse caso, o trabalho de campo se depara com as dimensões impostas pela pandemia, impactando as sequências técnicas da pesquisa e, por consequência, seus resultados. Como implicação, as ações de educação patrimonial, em particular, são afetadas, na medida em que elas têm por princípio a interlocução direta, corpo-a-corpo, com o público (AKINRULI; AKINRULI, 2020).

No nosso caso, para os colegas que atuam especialmente na empresa que conduziu o projeto que estamos debatendo, as medidas de isolamento social e trabalho remoto foram atendidas essencialmente no início da pandemia, considerando os limites de circulação decretados pelo governo do estado do Pará (sede da empresa). A atuação, porém, era nos assuntos burocráticos. Por um lado, era bom porque ficávamos em casa, evitando o risco de contágio, mas, por outro, não fazia parte da nossa cultura o trabalho em casa, e isso muitas vezes se misturava com os afazeres domésticos, o que algumas

vezes nos levava a mais do que as oito horas diárias de jornada de trabalho, ao contrário do que faríamos se estivéssemos nas universidades, escritórios, laboratórios.

Bem, mas o leitor pode se perguntar neste momento do texto: aonde os autores querem chegar nesse ir e vir textual? Não era para ser uma autoetnografia? Na verdade, fizemos essas perguntas para nós mesmos neste momento. Talvez seja o momento de nos apresentar: somos arqueólogos e arqueólogas com diferentes níveis de formação e com vínculos profissionais diversos. Nós, autores deste artigo, somos um professor universitário, uma consultora independente e outra com carteira assinada, e um dono de empresa de consultoria. Esse amplo conjunto de marcadores profissionais nos situa de diferentes formas no mundo em pandemia, acentuando algumas preocupações em detrimento de outras. Compartilhamos dos medos acima mencionados, tal como boa parte dos brasileiros, mas alguns de nós precisaram pensar em seus empregos ou no prejuízo que seria não ir para campo. Não se tratava, e não se trata, de sermos ignorantes quanto aos riscos de *sair para trabalhar*. A questão era que, para alguns de nós, não havia possibilidade de *ficar em casa e trabalhar*.

Deve-se ter isso em vista e considerar que a Arqueologia brasileira atende a uma lógica de mercado, quando praticada pela ótica do *contrato* (ZARANKIN; PELLINI, 2012). Alejandra Saladino *et al.* (2020) destacam que vivemos a fase do empreendedorismo na disciplina. Portanto, aos arqueólogos que dela dependem, recusar-se a ir a campo pode significar exclusão do mercado de trabalho. Nesse caso, não se tratava de uma escolha simples, mas tal escolha deve ser pensada no contexto de vulnerabilização do mundo do trabalho durante a pandemia, tal como em outras categorias de trabalhadores (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Não chegamos ao fim do artigo, mas aqui já temos a resposta à primeira pergunta que fizemos dois parágrafos atrás. Antes de falar sobre nossa atuação em campo, talvez o que queremos é extravasar os sentimentos de culpa que todos sentimos por não termos ficado em casa. Por não termos “segurado” ainda mais o início da execução do projeto. Sim, porque esses são julgamentos que tivemos que ouvir desde que saímos a campo. Em último caso, os julgamentos vinham em tom de brincadeira sobre estarmos expondo nossos interlocutores das atividades de educação patrimonial. Talvez o que queremos é nos livrar desse sentimento de impureza que nos afligiu por alguns meses, pelo risco e medo de sermos vetores de contaminação, mais do que sermos contaminados. Culpa esta que se acentuou quando adoecemos em campo, conforme iremos relatar mais adiante.

Nós, autores deste texto, talvez queiramos chamar atenção da academia – mesmo que isso funcione como navalha na carne para um dos autores do texto –, para este julgamento que coloca a Arqueologia de Contrato e seus profissionais em um patamar inferior na produção do conhecimento, sempre sob suspeita. Nossos colegas antropólogos têm refletido sobre esse mal-estar gerado nos espaços vazios entre as autorrepresentações disciplinares e a prática real e cotidiana da pesquisa (OLIVEIRA, 2013). Talvez – de novo, talvez – possamos compartilhar essas discussões.

Dito isto, voltemos à descrição autoetnográfica na próxima seção.... assim não fugimos da proposta inicial e respondemos à outra questão que nós mesmos criamos.

O TRABALHO DE CAMPO SUJEITADO À PANDEMIA

Era nove de abril de 2020 quando nossa portaria autorizativa foi publicada no Diário Oficial da União. Nesse mês, o Brasil já contava com mais de dez mil casos confirmados de COVID-19 e 697 mortes (WHO, s/d). Todo o contexto apontado na seção anterior estava se desenrolando. No Amazonas, no final de abril, o número de casos confirmados superava os 5.000, com prevalência na cidade de Manaus (FVS-AM, 2020), onde a transmissão comunitária era majoritária, e o número de mortes chegava a 551. A

taxa de ocupação de leitos hospitalares era de 90%, cenário que deixava o estado sob regime de calamidade pública decretada e na liderança nacional em números de contaminação e de mortes (G1, 2020). A coordenação do projeto, por várias vezes, se reuniu de modo virtual para debater as estratégias para o andamento da pesquisa enquanto não houvesse a abertura dos aeroportos e modificação nas condições de deslocamentos de pessoas.

Contudo, a parte essencial do trabalho consistia na curadoria, análise e conservação do acervo, o que precisava ser feito presencialmente, bem como as ações de educação patrimonial. O trabalho de campo que aqui nos referimos, portanto, dizia respeito às atividades em laboratório e reserva técnica, bem como à divulgação e extroversão. A pesquisa acabou por ficar circunscrita à Vila de Balbina e seu entorno, uma vez que a pandemia nos impossibilitou de realizarmos mais atividades no município de Presidente Figueiredo, como estava previsto em nosso projeto inicial, além dos espaços próprios ao manejo do material arqueológico. Para isso era necessária a reunião de profissionais residentes em diferentes estados, além de viagens por via aérea ou fluvial. Os deslocamentos entre a Vila e Manaus também seriam frequentes, principalmente para obtenção de suprimentos para pesquisa. Além disso, precisávamos finalizar o curso de capacitação dos estudantes de ensino médio que, após concluído, possibilitaria que eles atuassem como estagiários no projeto, tal como exigido pelo IPHAN. Esse momento da formação era eminentemente prático, junto ao acervo, e só poderia ser realizado após a portaria autorizativa.

Entre abril e junho, portanto, nos vimos impossibilitados de executar o trabalho de campo. Contudo, mesmo que parcialmente, algumas atividades foram realizadas. Em 15 de abril o IPHAN publicou a Portaria nº 205, estabelecendo procedimentos excepcionais para os andamentos dos processos relativos ao patrimônio arqueológico e à manifestação do órgão durante a pandemia. Houve flexibilização dos prazos e da execução de algumas atividades. Foi com base nisso que propusemos que os aspectos conceituais da formação prática dos cursistas/estagiários fossem feitos através de videoaulas gravadas em estúdio e posteriormente enviadas via *link* de uma plataforma de vídeo na internet. Isso não resolvia, contudo, as ações destinadas ao acervo, e as pressões para que isso fosse feito ficavam cada vez menos sutis, já que o empreendedor permaneceu nos cobrando a ida a campo, mesmo com toda as circunstâncias da pandemia em Manaus e em outros estados. Sendo assim, como garantir a segurança biológica de um grupo de pesquisadores e auxiliares, vindos de diferentes partes do país e destinados a trabalharem oito horas por dia em espaços confinados de laboratório? Como garantir que ninguém estaria em risco biológico nos alojamentos que nos abrigaram por meses? Como garantir que essas pessoas não seriam, de fato, vetores de transmissão entre si e junto à comunidade da Vila Balbina? Como realizar um trabalho tecnicamente qualificado diante de um quadro de supressão de contato físico, seja entre pessoas ou entre pessoas e objetos?

Conforme aponta Marcélia Marques (2020), a prática da pesquisa em Arqueologia é eminentemente coletiva, envolvendo muitos profissionais. Por outro lado, os sentidos táteis são extremamente necessários à pesquisa arqueológica. Os atos de tocar, manter contato através das mãos é o mais reprimido em razão da segurança biológica, implicando diretamente nos nossos modos de sentir. Para sermos mais precisos, “coisas e pessoas foram lançadas para a esfera dos ‘intocáveis’” (MARQUES, 2020, p. 216). Essa foi uma situação a ser contornada o tempo todo.

Nossas atividades foram realizadas em duas casas, adaptadas pelo empreendedor para receber uma reserva técnica e um laboratório provisórios, pois a destinação do material seria a instituição de guarda definitiva, em Manaus. Todos os dois prédios atendiam as prerrogativas da portaria IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016: para além

dos quesitos de segurança do acervo, havia refrigeração em todas as salas, bem como aparelhos de desumidificadores. Isso exigia que os espaços ficassem de portas fechadas e houve momentos em que tivemos 20 pessoas atuando nesses espaços, além das visitas do público-alvo da educação patrimonial. Esses são os ambientes rotineiros dos laboratórios de arqueologia. Contudo, em tempos de pandemia, consistia em um tipo de aglomeração em ambiente de confinamento do ar.

Para atender as normas sanitárias, a rotina de trabalho foi totalmente afetada. Todos usavam máscaras e viseiras plásticas enquanto estivessem nos laboratórios e reserva técnica; nos deslocamentos na rua isso foi recorrente também. Somado a isso, o ambiente foi tomado por frascos com álcool 70%, em gel e líquido, de forma a permitir a limpeza das mãos e das superfícies. Os prédios eram limpos diariamente, e na medida do possível recorriamos à ventilação cruzada para arejar os espaços. Não nos cumprimentávamos com toques de mão ou abraços, os intervalos de descanso no meio do turno da manhã e do turno da tarde eram realizados por dois grupos distintos, tudo para que não houvesse aglomeração nas áreas de convivência. A rotina, portanto, foi altamente impactada pelas necessidades das normas sanitárias, que todos nós reconhecemos como urgentes e imprescindíveis à nossa existência – não apenas para a execução do trabalho.

Esses objetos – recipientes de álcool, máscaras – constroem, em diálogo com as ideias e práticas que os ensinam, nossas noções de perigo biológico. Não é novo para nós a ordenação e limpeza dos laboratórios e reservas técnicas. Apesar de olharmos com desprezo para os colegas que não obedecem às condutas mínimas de organização, até a pandemia não tínhamos *medo* de alguém que não seguisse normas de limpeza – ao menos não em laboratório. Mesmo com todos esses cuidados, que se estendiam aos alojamentos onde estávamos hospedados, tivemos casos de suspeita ou infecção confirmada entre os meses de julho de 2020 e março de 2021.

Assim, não foi somente uma vez que, mesmo com todos esses cuidados, agimos com celeridade para *isolar* quem manifestasse qualquer sintoma que pudesse ser entendido como Covid-19. Quando soubemos que um familiar de dois estagiários estava com diagnóstico da doença, prontamente nos reunimos novamente com a equipe para reforçar a dispensa do trabalho de qualquer pessoa com contato direto ou não com doentes. Apesar de necessário, para nós era constrangedor ratificar essas medidas diante de suspeitas. Um de nós, segundo observou outro colega, passava álcool nas mãos e, em seguida, outra camada sobre as unhas enquanto falava nessas reuniões... como se *tocar* no assunto também fosse perigoso.

Fomos mais longe, isolando no alojamento alguns colegas com sintomas gripais. O isolamento, repetidas vezes, deixou os doentes extremamente contrariados: alguns recusando a leitura do seu quadro de suspeita ou mesmo se negando a aceitar o resultado positivo, o que por algumas vezes nos fez reagir com certa “autoridade” dentro dessas situações, que deixava não só as pessoas infectadas “revoltadas”, mas a equipe toda com tal comportamento. No primeiro caso suspeito, a notícia chegou ao laboratório através de outro colega que dividia um dos alojamentos com a pessoa em questão. Quando fomos até ela, que estava em repouso, não pareceu suficiente o uso de máscara, sentimos a necessidade de protetores faciais de acrílico. Um de nós foi escolhido para ir até o alojamento e verificar a situação. Ao chegar, de longe, houve conversa sobre os sintomas e convite para ir até o posto de saúde local. Após isso, o isolamento foi irrestrito até o dia em que foi possível fazer o teste rápido e afastar a dúvida sobre o contágio.

Houve, porém, suspeitas confirmadas ao longo do tempo do trabalho de campo. Ao longo de 2020, a gravidade dos sintomas oscilou entre os contaminados, contudo, sem nenhum caso de internação enquanto nós convivíamos somente com uma cepa do coronavírus (ANTUNES, 2021). Nosso *medo* chegou à beira do desespero nos dois

últimos casos de contaminação, já em 2021, quando a variante P1 do Sars-CoV-2, com maior potencial de contágio, já era predominante no Amazonas, provocando a desestruturação total do sistema de saúde e colapso no fornecimento de oxigênio (ANTUNES, 2021; UCHOA, 2021). O apoio aos colegas doentes sempre foi constante, usando nossa rede de afetos e dentro das viabilidades da nossa localização no interior da Amazônia, distante quase três horas do centro urbano com melhor estrutura de atendimento de saúde – mesmo que colapsada. O que queremos chamar atenção neste momento, porém, é para a desestabilização do cotidiano da pesquisa no laboratório de arqueologia no contexto que descrevemos acima. A noção de limpeza se reestruturava para além do visível, e por isso o álcool em gel, e a tensão entre pureza e perigo, para pensar a partir de Mary Douglas (1991), colocava-nos em um jogo insano de busca por uma ordem e estabilidade social no meio do caos da pandemia.

Esses excessivos cuidados, nos quais o outro aparece como portador do perigo, afetam o resultado da pesquisa. Nossos sentidos táteis, reprimidos no contexto da pandemia, são essenciais ao exercício das análises laboratoriais em arqueologia. Como destaca Marcélia Marques (2020, p. 17), o “contato com as coisas, sentir o desgaste de um retorque e o modo de manusear um artefato, como por exemplo, de um instrumento plano convexo, de uma lasca, faz uma grande diferença frente apenas visualizá-lo.” Se isso se resolve com a rotina de passar álcool em gel nas mãos, evitar compartilhar equipamentos e pedir opinião do colega ao lado sobre os atributos do fragmento, nas atividades de Educação Patrimonial, toma outras dimensões.

No projeto que nos levou à reflexão deste artigo, eram necessárias atividades de divulgação das ações de pesquisa, a serem realizadas em escolas, associações, com oferta de cursos e oficinas, visita ao laboratório e à pequena exposição que havia no local. Como fazer tudo isso, em um espaço fechado, já com muitas pessoas trabalhando? Como circular na Vila e nas comunidades localizadas nos ramais da estrada, tendo em vista o risco de contágio para a equipe e para nossos interlocutores?

Neste cenário de pandemia, foi necessário criar estratégias, usando a criatividade e trabalhando em parceria com as comunidades. As regras de conduta sanitária eram as mesmas. Contudo, ficava mais evidente a necessidade de se manter distante das pessoas com quem dialogávamos. A aproximação, por outro lado, provocava estranhamento e receio, justo a aproximação que faz com que o pesquisador possa adentrar nas casas e registrar as memórias e histórias, durante aquele cafezinho, que sempre é ofertado. Com nossas “faces reescritas com o uso de máscaras” (SILVA, 2020, p. 187), a solução era o uso de uniformes com logomarca do projeto e nome da empresa. As pessoas nos recebiam pela janela, ou nas varandas de suas casas, usavam máscaras e mantinham-se longe. A receptividade, porém, sempre foi imensa. Todos queriam falar sobre sua história no lugar onde viviam há décadas. Foi assim que conseguimos informações valiosas, além de imagens históricas da Vila e da Usina Hidrelétrica. Quando pensamos em produzir um documentário sobre a história local e sobre a pesquisa arqueológica, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, foi frequente não sermos recebidos porque as pessoas estavam doentes. Era o tempo da segunda onda de contágio do coronavírus, o que nos levou a cancelar a proposta das gravações, dado o risco ainda maior gerado no contexto de crise da saúde no Amazonas.

Isso, contudo, era somente parte das atividades que deveriam ser realizadas. Mesmo com a legitimidade da Portaria nº 205 do IPHAN, não podíamos deixar todas as ações para um futuro sem previsão certa. Afinal, quando a pandemia vai acabar? O documento do órgão licenciador, felizmente, possibilitava a flexibilização das atividades e, sob autorização, realizamos ações de divulgação via rádio. No mundo das redes sociais e do contato *online*, um programa em uma rádio comunitária poderia parecer anacrônico.

Tínhamos esse receio. Pois não foi! Pelas ondas radiofônicas, falamos semanalmente com as comunidades próximas ao rio Uatumã. Comunicamos o histórico da pesquisa, explicamos o que estávamos fazendo com o acervo, as ações de análise, curadoria e conservação do material lítico, cerâmico, da forma como trabalhávamos no laboratório e, por fim, convidamos os moradores a acompanhar a pesquisa através de visitas aos locais em que estávamos executando o projeto.

Essa última ação foi desenvolvida sob agendamento e, novamente, ponderando nossas preocupações com contaminação. Era necessário que os visitantes seguissem todas as recomendações de prevenção à pandemia, considerando principalmente o uso obrigatório de máscara, o número reduzido de pessoas e sem nenhum contato físico com os que lá já estavam trabalhando. As visitas eram esparsas, mas constantes, e nelas víamos o reiterado desejo dos visitantes conhecerem as atividades. Mais que isso, queriam ver o material arqueológico e, na medida do possível, tocar neles. Era a necessidade de estar lá, ver o que estava acontecendo e, conforme apontou Márcia Bezerra (2013), ter a fruição sensorial que integra os modos de apropriação da cultura material arqueológica.

CONCLUSÃO

Neste artigo recorreremos ao método da autoetnografia para sistematizar experiências coletivas dos autores ao longo do desenvolvimento de um projeto de curadoria, análise, conservação e educação patrimonial junto ao acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas. Nosso esforço foi demonstrar como o cotidiano da pesquisa arqueológica, do trabalho de campo realizado de forma coletiva, foi afetado no contexto das necessárias medidas sanitárias suscitadas pela Covid-19. Nos afetamos psicologicamente, uma vez que o medo muitas vezes tomou conta da equipe e interferiu muito na produção do nosso trabalho. Era nítido nos rostos das pessoas o cansaço físico e emocional, por conta dos acontecimentos no estado do Amazonas, em especial a crise do oxigênio. Mais do que isso, o medo de perder nossos colegas para a Covid-19, já que, no fim do campo, dois deles precisaram de internações hospitalares em enfermarias ou em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Estas foram reflexões considerando a execução da pesquisa na Arqueologia de Contrato e suas articulações com o mundo acadêmico. Toda a discussão foi orientada pelo debate da Arqueologia Sensorial, notadamente para descrever o *medo* suscitado pelas nossas experiências sensoriais. Ao longo do texto, usamos *itálico* em algumas palavras que, mesmo não sendo novas, tornaram-se categorias essenciais para uma autoetnografia em tempos de pandemia: medo, isolamento, trabalho remoto...

Tensionamos alguns sentimentos dos colegas leitores... ou ao menos esperamos que sim. Como mencionamos ao longo do texto, a situação histórica da pandemia condicionou inflexões no nosso cotidiano de pesquisa. Teremos que esperar algum tempo para entender como isso afetará nossas subjetividades como pesquisadores, o modo de produzir arqueologia dentro do contexto de consultoria e os seus resultados. Qualquer previsão parece ser, no momento, precoce. No presente, temos condições de descrever e refletir, de nos pôr criticamente como produtores de conhecimento em um mundo relacional, de muitos sujeitos envolvidos e condições que marcam nossos limites do fazer ciência. Talvez – o último talvez deste artigo – essas reflexões tenham que ser feitas considerando nossas particularidades enquanto disciplina tensionada pelo mundo do capital (ZARANKIN; PELLINI, 2012) e afetada pela política da morte (MBEMBE, 2016) que está evidente ao longo da pandemia. Por fim, cabe registrar que terminamos de escrever este trabalho em um cenário de mais de 450 mil pessoas mortas pela Covid-19 e com número tímido de vacinados. Queremos, então, reafirmar nosso *medo* em sermos mais um trabalhador morto até o fim da pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. Antropoceno, Arqueologia e Memória Social: a pandemia de Covid-19 como um evento crítico. *Tessituras*, v. 8, n. 1, p. 227-236, 2020.
- ANDERSON, Leon. Analytic Autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 35, n. 4, p. 373-395, 2006.
- ANTUNES, André. Covid-19: pesquisador fala sobre reinfecção e o surgimento de mutações no vírus Sars-Cov-2. *Portal Fiocruz*. Rio de Janeiro, 08 março 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-pesquisador-fala-sobre-reinfeccao-e-o-surgimento-de-mutacoes-no-virus-sars-cov-2> Acesso em: 22 maio 2021.
- BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Regulamentação profissional e responsabilidades relativas à saúde e segurança ocupacional em Arqueologia. *Habitus*, v. 18, n. 1, p. 107-122, 2020.
- BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*, v. 7, n. 1[7], p. 107-122, 2013.
- BLANCO, Mercedes. ¿Autobiografía ou Autoetnografía? *Desacatos*, n. 38, p. 169-178, 2012.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 4-15, 2013/2014.
- DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000. p. 733-768.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- G1-AM. Amazonas tem 116 novos casos confirmados de Covid-19 nas últimas 24h e total sobe para 2.160. *Portal G1-AM*, Manaus, 20 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/20/amazonas-tem-116-novos-casos-confirmados-de-covid-19-nas-ultimas-24h-e-total-sobe-para-2160.ghtml> Acesso em: 21 maio 2021.
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos; RIBEIRO, Morgana Cavalcante; GAMA, Eder de Castro. *Plano de Ação Emergencial*. Eunápolis: Eletrobras/Floram Engenharia e Meio Ambiente, 2017.
- SILVA, Adriana Fraga da. Novas faces do mundo: máscaras e materialidades em tempos de pandemia da Covid-19. *Tessituras*, v. 8, n. 1, p. 184-191, 2020.
- GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p.123-151, 2016.
- MARQUES, Marcélia. O com(tato): a sensorialidade na arqueologia em tempos de pandemia. *Tessituras*, v. 8, n. 1, p. 213-219, 2020.
- MOUTINHO, Laura; CESARINO, Pedro de Niemayer; CAIUBY, Sylvia. A produção científica em tempos de coronavírus. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 1, p.7-11, 2020.
- OLIVEIRA, Thiago Lima; MATOS, Lennon Oliveira; GHIROTTTO, Marina; LAURINO, Bianca van Steen Mello; OLIVEIRA, Aline Ferreira; REGITANO, Aline. Para que serve a antropologia (em tempos de Covid-19)? *Cadernos de Campo*, v. 29, (suplemento), p.1-15, 2020.

- OLIVEIRA, João Pacheco de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA, 2013. p. 47-74.
- OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. *Organização Pan-Americana da Saúde*. OPAS: Brasília, s/d. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 20 maio 2021.
- PELLINI, José Roberto. Onde está o gato? Realidade, arqueologia sensorial e paisagem. *Habitus*, v. 9, n. 1, p. 17-31, 2011.
- PELLINI, José Roberto. Arqueologia com sentidos. Uma introdução à Arqueologia sensorial. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 9, n. 4[14], p. 1-12, 2015.
- PORTO, Paula Carneiro. Severiano Porto, o arquiteto [que] integra. *Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro*, ano 1, n. 26, p. 2-15, 2016.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALADINO, Alejandra; CAMPOS, Luana; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. Reflexões sobre a prática arqueológica no Brasil do século XXI. *Habitus*, v. 18, n. 1, p. 52-69, 2020.
- TRIBUNAL Regional Federal da Primeira Região. (2016, agosto 09). *Autos nº 0011753-30.2016.4.01.3200*. Processo IPHAN/SEI 01490.000066/2006-91.
- UCHOA, Pablo. Para além de Manaus, pandemia provoca crise do oxigênio em três continentes. *BBC*. São Paulo, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55856813> Acesso em: 22 maio 2021.
- VERSIANI, Daniela B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. *Universidade Aberta do SUS*. Brasília: UNA-SUS/MS, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca> Acesso em: 21 maio 2021.
- URBANO, Krystal Cortez Luz; ARAÚJO, Mayara Soares L. P.; MELO, Maria Elizabeth Pinto de. Orientalismo em tempos de pandemia: discursos sobre a China no jornalismo brasileiro. *Rizoma*, v. 8, n. 1, p. 106-122, 2020.
- ZARANKIN, Andrés; PELLINI, José Roberto. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 44-60, 2012.
- WHO. Brasil situation. *World Health Organization*. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br> Acesso em: 21 maio 2021.